

INTELECTUAIS, AUTORIDADE MATERNA E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA CRIAÇÃO DA LITERATURA INFANTIL PORTUGUESA AO FINAL DO SÉCULO XIX

Intellectuals, maternal authority, and the participation of women in the creation of
Portuguese children's literature at the end of the 19th century

Intelectuales, autoridad maternal y participación de las mujeres en la creación de la
literatura infantil portuguesa de finales del siglo XIX

PATRICIA SANTOS HANSEN

Centro de Humanidades da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal. *E-mail:* patriciahansen@fch.unl.pt.

Resumo: Este artigo tem como objetivo investigar marcas de gênero em matrizes da literatura infantil europeia e na participação de escritoras e editoras na criação de uma literatura infantil portuguesa no século XIX. A hipótese subjacente é que, em contraste com outros campos da produção literária e didática, as mulheres encontraram nessa literatura uma área de atuação menos hostil e na qual o sexo e as qualidades atribuídas ao gênero feminino poderiam ser vistos como vantagens. Para mulheres intelectuais, esse tipo de produção permitiu dirigir-se às mães e às crianças como agentes de transformação social conferindo, ao mesmo tempo, um caráter político a sua produção e o reconhecimento de um lugar de autoridade nos debates sobre educação.

Palavras-chave: mulheres intelectuais; maternidade; feminismo; Portugal.

Abstract: This article aims to investigate gender markers in the European matrices of children's literature and in the participation of women writers and publishers in the creation of Portuguese children's literature in the nineteenth century. The underlying hypothesis is that, in contrast to other fields of literary and didactic production, women found in this literature an area of activity that was less hostile and in which sex and the qualities attributed to the female gender could be seen as advantages. For women intellectuals, this type of production made it possible to address mothers and children as agents of social transformation, while at the same time giving their production a political character and the recognition of their place of authority in debates about education.

Keywords: women intellectuals; motherhood; feminism; Portugal.

Resumen: Este artículo pretende investigar los marcadores de género en las matrices europeas de la literatura infantil y en la participación de escritoras y editoras en la creación de la literatura infantil portuguesa del siglo XIX. La hipótesis subyacente es que, a diferencia de otros campos de producción literaria y didáctica, las mujeres encontraron en esta literatura un ámbito de actividad menos hostil y en el que el sexo y las cualidades atribuidas al género femenino podían considerarse ventajas. Para las intelectuales, este tipo de producción permitía dirigirse a las madres y a los niños como agentes de transformación social, al tiempo que confería a su producción un carácter político y el reconocimiento de su lugar de autoridad en los debates sobre la educación.

Palabras clave: mujeres intelectuales; maternidad; feminismo; Portugal.

INTRODUÇÃO

Diferentemente de outros países europeus, a literatura infantil portuguesa se constituiu no final do século XIX, ligada à ideia de uma pedagogia cívica voltada à transformação nacional, em diálogo com as disputas políticas entre monarquistas e republicanos e expressando diferenças no interior desses grupos. Um dos principais focos de disputa dizia respeito à educação das mulheres e a seu lugar na sociedade e na política. Nas últimas três décadas do Oitocentos, intelectuais renomados preocuparam-se com a formação da infância e da mocidade e com a necessidade de produção de leituras para essas etapas da vida. Em contraste com outros campos da produção literária, artística e didática, as mulheres encontraram na escrita, na edição e, mais adiante, na ilustração de literatura infantil, uma área de atuação e intervenção menos hostil e na qual o sexo e o gênero feminino poderiam até ser vistos como vantagens. Embora valorizado social, cultural e politicamente, esse tipo de produção era desvalorizado intelectualmente.

Uma amostra clara dessa contradição é o texto de Eça de Queirós intitulado “Literatura de Natal”, publicado em fevereiro de 1881 na coluna Cartas da Inglaterra que mantinha na Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro. Ainda sob impressão do Natal britânico, o escritor dizia que lá existia “[...] uma verdadeira literatura para crianças, que tem os seus clássicos e os seus inovadores, um movimento e um mercado, editores e gênios – em nada inferior à nossa literatura de homens sisudos”. Os exemplos continuavam: “A França possui também uma literatura infantil tão rica e útil como a de Inglaterra [...] A Bélgica, a Holanda, a Alemanha, prodigalizam estes livros para crianças; na Dinamarca, na Suécia, eles são uma glória da literatura e uma das riquezas do mercado”. Eça lamentava a falta de tais livros em Portugal, afirmando ter certeza de que, se houvesse uma literatura infantil nesse país, “[...] erguer-se-ia consideravelmente entre nós o nível intelectual”. Sua sugestão era que “[...] senhoras inteligentes e pobres se poderiam empregar em escrever essas fáceis histórias” (Queirós, 1881).

A escassez de publicações originais para os jovens leitores da língua portuguesa até o final do século XIX justificava as alegações sobre a inexistência de uma literatura infantil. Esse foi um lugar-comum nos prefácios, frequentes em traduções e em textos originais, os quais, como notou Glória Bastos, constituíram-se em “[...] um lugar privilegiado para autores, tradutores, adaptadores e até editores exporem as suas diferentes perspectivas sobre a criança, a sua educação e, geralmente em função dessas duas coordenadas para eles fundamentais, o papel dos livros e da literatura” (Bastos, 1997, p. 12). Tais debates, como em outros países, incluíam a polêmica entre os defensores de uma literatura realista e moralizante, herdeira do iluminismo e do cristianismo, e aqueles que atribuíam valor aos elementos de fantasia e sobrenaturais presentes na tradição oral.

MARCAS DE GÊNERO NAS MATRIZES DA LITERATURA INFANTIL EUROPEIA

Foram várias as matrizes da literatura infantil em língua portuguesa, dentre as quais se destacam duas pela forte presença feminina e ampla circulação por meio de traduções e adaptações: os contos de fadas e um tipo de prosa ficcional com caráter pedagógico, realista e moralista, referida com frequência como “conto moral”, mas que compartilha características com os romances de formação ou com os romances escolares. Na passagem do século XIX para o XX em Portugal, os dois modelos ainda eram vistos como opostos, embora em sua origem a literatura moralizante muitas vezes se utilizasse dos contos de fadas.

Estudos têm demonstrado que o alegado pioneirismo de Charles Perrault (1628-1703) na adaptação e escrita de contos de fadas se fez às custas do apagamento das contribuições femininas para o estabelecimento do gênero na Europa. Jack Zipes, dentre outros, pontua o papel de dois autores que teriam vivido em Veneza ainda no século XVI, Straparola e Basile, logo traduzidos e com ampla circulação na França do século XVII, devido ao papel das *conteuses*. Esses contos que chegavam nos portos de Veneza de vários lugares do globo seriam a fonte de muitos daqueles difundidos nos salões literários da corte de Luís XIV após sofrerem uma “depuração” de passagens mais grotescas ou imorais e adaptações que permitissem o seu uso no “processo civilizador” do qual tratou Norbert Elias em seu trabalho clássico, servindo para promover valores e regras sociais de acordo com os anseios das classes em ascensão (Zipes, 2006).

A recriação dos contos nos salões do século XVII, lugares de sociabilidade intelectual nos quais as mulheres da nobreza tinham um papel proeminente, permitiu que mulheres letradas assumissem um lugar de destaque na constituição do gênero que seria exportado a partir da França. Marie-Catherine d’Aulnoy (1650-1705), Catherine Bernard (1663-1712) e L’Héritier de Villandon (1664-1734) chegaram a publicar seus contos antes de Perrault, sendo que a primeira e mais conhecida entre elas, Mme. D’Aulnoy, ultrapassou o escritor em vendas e traduções durante o século XVIII. De acordo com Faith Beasley, essas escritoras trataram de “[...] questões sociais como o casamento e o *status* das mulheres [...]” e forçaram “[...] o comentário social aos limites do aceitável sob o véu espesso de ficções extraordinárias” (Beasley, 2000, p. 86). Zipes, que atribui às *conteuses* da passagem do século XVII para o XVIII um uso mais subversivo dos contos de fadas em relação aos escritores do sexo masculino, afirmou que:

Se analisamos o conto de fadas em seu contexto histórico, é evidente a razão pela qual ele se encaixa sociológica e psicologicamente no processo civilizatório. Primeiro, as mulheres jovens dos círculos burgueses e aristocráticos eram constantemente forçadas a casamentos de conveniência com homens idosos, nem sempre atraentes ou agradáveis fisicamente. Em segundo lugar, mulheres eram identificadas como possíveis bruxas no final do

século XVII, de modo que o controle de seus supostos poderes de sedução estava relacionado pela Igreja e pelo Estado ao controle de forças diabólicas. Terceiro, a sexualidade havia se tornado um assunto clandestino, ou seja, deveria ser escondida e mantida em privacidade porque a igreja havia declarado o sexo sem casamento um pecado repulsivo (Zipes, 2006, p. 63).

Autoras como D'Aulnoy, segundo Allison Stedman, faziam duras críticas ao absolutismo. Contudo, a decadência dos salões ao final do século XVII ocorria rapidamente na medida em que perdiam patronos para Versalhes e para as academias fundadas por Luís XIV, nas quais “[...] um seleto grupo de autores e intelectuais do sexo masculino prejudicaram o patrocínio e a influência literária de que os salões haviam desfrutado anteriormente [...]” e, além de excluir escritoras, “[...] criticavam suas obras” (Stedman, 2005, p. 38).

Apesar das traduções e adaptações em impressos populares que circulavam entre todas as faixas etárias, a concepção dos contos de fadas como literatura para crianças se consolidou somente no século XIX, quando, após sua crítica pelo iluminismo, foram revalorizados pelo romantismo. Isso não quer dizer que eles não estivessem presentes na origem de uma literatura de cariz moralizante dirigida à infância e que obteve enorme sucesso a partir de meados do século XVIII. Ou mesmo que, quando ausente o maravilhoso, o gênero não mantivesse elementos em comum com os contos de fadas, sendo as fadas substituídas por golpes de sorte ou por benfeitores abonados que premiam boas ações de indivíduos desfavorecidos e honestos, por exemplo (Myers, 1991).

Duas das mais famosas escritoras dessa literatura que se utilizou de episódios do cotidiano para ensinar valores, principalmente para as meninas, a escritora inglesa Sarah Fielding (1719-1768), com seu livro *The governess; or, the little female academy* (1749), e a francesa Jeanne Marie Leprince de Beaumont (1711-1780), com seu *Magasin des enfans, ou dialogues d'une sage gouvernante avec ses élèves de la première distinction...*(1756), não deixaram de incluir adaptações de contos de fadas em seus livros, sendo a versão de Beaumont para “A bela e a fera” a mais difundida nos séculos seguintes.

Enquanto as *conteuses* produziam para a sofisticada audiência dos salões, fazendo com que seus contos assumissem a forma de paródias que exibiam criticamente os modos como a política e a sociedade de corte afetavam a vida das mulheres para um público que não se definia por gênero ou faixa etária, escritoras como Fielding e Leprince de Beaumont eram mais conservadoras e escreviam livros para uso na educação de crianças e adolescentes. Ambas foram consideradas por parte da bibliografia como fundadoras da literatura infantil em seus países. Isso não quer dizer que esses textos não tivessem uma função política que, embora conservadora, promovia o valor da educação e da emancipação econômica feminina por meio das atividades profissionais da escrita e do ensino, conforme o exemplo das próprias

autoras. Nesse sentido, como apontou Elizabeth Harries, a condição do uso dos contos de fadas nos projetos educativos de Fielding e Beaumont demandavam “[...] o enquadramento e a domesticação proporcionados pelos diálogos. Ambas as escritoras falam sobre seus próprios contos (e de outros) como potencialmente perigosos, ecoando as restrições de Locke sobre ‘Noções de espíritos e duendes’ que poderiam confundir a mente das crianças” (Harries, 2003, p. 105).

Na sequência do *Magasin des enfants* de 1756, Beaumont publicou o *Magasin des adolescentes: ou dialogues d'une sage gouvernante avec ses élèves de la premiere distinction. Pour servir de suite au Magasin des enfants* (1760); e o *Magasin ou instructions pour les jeunes dames qui entrent dans le monde, et se marient: leurs devoirs dans cet état, et envers leurs enfants. Pour servir de suite au Magasin des adolescentes* (1764). A autora conquistou enorme sucesso na Europa, com inúmeras edições do original e de suas traduções. Em Portugal, além da circulação dos originais franceses, traduções do *Magasin des enfants* e do *Magasin des adolescentes* foram publicadas ainda no século XVIII, pelo padre Joaquim Inácio de Frias (1749-1805).

O primeiro livro, intitulado *Thesouro de meninas, ou dialogos entre uma sabia aia e suas discípulas. Nos quaes reflectem e fallão, as meninas, segundo o genio, temperamento, e inclinações de cada uma; e representando-se os defeitos da sua idade, se mostra de que modo se podem emendar*, teve sua primeira edição em 1774. Em 1797 estava na quarta reimpressão e, em 1837, na oitava. A partir de 1846, anunciava-se uma “Nova impressão, adornada com estampas, e muito melhorada”, e entre 1874 e 1883 o livro teria pelo menos quatro edições pela Viúva Bertrand & C.^a, mantendo o “Prólogo do tradutor” inserido desde a primeira edição (Frias, 1883).

A tradução do *Magasin des adolescentes*, intitulada *Thesouro de adultas: ou dialogos entre huma sabia mestra com suas discipulas da primeira distinção*, teve a primeira e a segunda edição portuguesa em 1785 e 1818, respectivamente. A terceira edição, de 1859, foi “[...] emendada em algumas passagens á vista do original” (Leprince de Beaumont, 1859).

É possível que o tradutor português tenha se inspirado nos títulos das traduções inglesas, das quais ele menciona ter conhecimento em seu prólogo, *The young misses magazine* e *The young ladies magazine*, para imprimir às edições portuguesas um sentido mais claramente generificado que o dos originais. A edição brasileira, provavelmente do século XX, optou pelo título mais neutro e fiel ao original, *Bazar das crianças*. Apesar dos títulos, Frias questionava o uso exclusivo para meninas em seu “Prólogo”, ao esclarecer que, ao traduzir o livro para “o bem do Estado”, a fim de dar-lhe “cidadãos ilustres”, julgava que aquele deveria “[...] ser o primeiro que se há de dar ao menino, ou menina, tanto que, se destine a aprender as letras”. Às meninas, entendia que a obra ajudaria a “[...] a fazê-las dóceis, obedientes e virtuosas: a dar-lhes um glorioso desejo de saber, e a instruí-las”. Em sintonia com as desconfianças da época com relação aos contos de fadas, Frias entendia que:

[...] o uso destes poderia ser nocivo, se madame Leprince não ensinasse as suas discípulas [...] a diferença que há de conto a fábula, e desta à história; com o que ficam os meninos capacitados que um conto é uma coisa fingida, [...] sem que lhes possa sobrevir o mesmo dano que dos contos das amas, que só servem de perturbar-lhes a imaginação e fazer-lhes conceber medo de coisas que de si são indiferentes (Frias, 1883, p. VIII).

Além de noções de civilidade, o livro ainda continha lições de história sagrada, história antiga, geografia e até física, dentre outras matérias. A recepção e circulação do livro, por sua vez, teria influência sobre outras traduções e originais publicados ao longo do século XIX, como os três livros de Pierre Blanchard intitulados *Thesouro de meninos: obra classica dividida em tres partes, moral, virtude, civilidade*; *Thesouro de meninos: resumo de Historia Natural, para uso da mocidade de ambos os sexos* (1813); e *O pequeno Buffon, ou thesouro de meninos* (1818). Ou ainda nos livros escritos por José Inácio Roquete, *Thesouro de meninas, ou lições d'uma mãe a sua filha* (1855) e *Thesouro da mocidade portugueza ou a moral em acção* (1857). No século XX, o título de *o Tesouro da juventude*, adaptação da obra estadunidense *The book of knowledge*, por sua vez adaptada da britânica *The children's encyclopedia*, demonstra que os sentidos atribuídos à associação entre a palavra “tesouro” e os livros para crianças ainda tinha grande valor para os leitores da língua portuguesa.

Um aspecto curioso que marcou a biografia de duas autoras já referidas nesse trabalho, Madame D'Aulnoy e Madame Leprince de Beaumont, é que ambas se separaram dos primeiros maridos por sua própria iniciativa, experiência pouco comum nos séculos XVII e XVIII. Assim como Fielding, em grande parte de suas vidas viveram dos proventos de seu trabalho, facilitado pelo capital social que possuíam. Numa abordagem pouco comum na história intelectual, Cheryl Turner observou o aparecimento de dois aspectos-chave para o incremento do número de escritoras na Inglaterra na passagem do século XVIII para o XIX. Em primeiro lugar, “[...] sua função como fonte de renda para mulheres alfabetizadas e sem recursos, sem aparentemente representar uma ameaça à sua respeitabilidade; e a ascensão da classe média entre as mulheres letradas”. Em segundo, a legitimação das vozes femininas na literatura didática, que “[...] ajudaram a definir certos gêneros (como livros infantis, textos educacionais e, é claro, o romance), nos quais eles poderiam esperar ter sucesso e, o que é mais importante, ganhar dinheiro” (Turner, 1994, p. 65).

Para as escritoras portuguesas do século XIX, com raras exceções, o aspecto pecuniário era decisivo. O que não quer dizer que a escrita de forma geral, e em particular a escrita para crianças, não ocupasse um lugar fundamental nos projetos de intervenção dessas intelectuais como mediação cultural de seu pensamento político e social.

MÃES, AMAS E AIAS NA LITERATURA INFANTIL PORTUGUESA

Em Portugal, as mulheres estiveram presentes desde o início na literatura infantil. Seja em “carne e osso”, como escritoras, prefaciadoras, editoras e ilustradoras, seja nas representações de mães ou amas, como personagens, fontes ou destinatárias dos livros. As mães apareciam como leitoras e mediadoras dos textos, encarregadas de educar as crianças segundo os melhores princípios pedagógicos; as amas e aias como portadoras de uma tradição oral em extinção. Em contraste com a França ou o Brasil, para citar dois países culturalmente próximos, na literatura infantil portuguesa as duas figuras, da mãe e da ama, nunca são conflitantes (Bérenguier, 2016; Hansen, 2022).

Além disso, havia a recepção de ideias e diálogo com os debates que aconteciam em outros países nos quais a autoria feminina ganhava a legitimidade no campo educacional, constituindo o que Rebecca Davies (Davies, 2014) chamou de “autoridade maternal escrita”. Em Portugal, essa ideia foi impulsionada pela noção de mãe-educadora e pelo sucesso e difusão do método de alfabetização desenvolvido por João de Deus, apresentado em sua *Cartilha maternal ou a arte da leitura*, em 1876. O método foi propagandeado como meio mais rápido e eficaz que os anteriores para combater os altos índices de analfabetismo, uma das grandes mazelas de Portugal. Segundo o autor, um método de alfabetização mais eficaz não poderia ser “[...] essencialmente diferente do método encantador pelo qual as mães nos ensinam a falar, que é falando, ensinando-nos palavras vivas, que entretém o espírito, e não letras e sílabas mortas, como fazem os mestres” (Deus, 1878, p. 2).

Considerando que a literatura infantil portuguesa surge ao final do século XIX, a bibliografia especializada costuma destacar alguns livros fundadores: *Contos para a infância: escolhidos dos melhores autores* de Guerra Junqueiro (1877); *Flores da infância: contos e poesias morais* e *Os contos da mamã: dedicados à infância portuguesa* de Maria Rita Chiappe Cadet (1880, 1883); *Contos para os nossos filhos*, de Maria Amalia Vaz de Carvalho e Gonçalves Crespo (1882); *Contos nacionais para crianças* e *Jogos e Rimas infantis* de Francisco Adolfo Coelho (1883); *Tesouro poético da infância* de Antero de Quental (1883); *Às mães e às filhas* e *Primeiras leituras* de Caiel, pseudônimo de Alice Pestana (1886, 1889). Outras escritoras apareceram na década seguinte, como Margarida de Sequeira, que dirigiu um *Almanaque das crianças* (1892); Virgínia de Castro e Almeida, com *A fada tentadora* (1895) e *Histórias* (1898); Ayora, com *Contos azuis* (1897); Cacilda de Castro, com *A bebé e a boneca* (1898) e Ana de Castro Osório, com os livros da coleção *Para as crianças*, publicados entre 1897 e 1913. Ana de Castro Osório e Virgínia de Castro e Almeida continuaram produzindo literatura infantil por décadas, enquanto apareciam outras autoras e diretoras de coleções como Maria Velleda, Maria Paula de Azevedo, Emília de Sousa Costa, Maria O’Neill, Fernanda de Castro etc. (Barreto, 2002; Bastos, 1997; Hansen, 2016; Pires, 1982).

Mães e amas aparecem de diferentes formas nesses livros. No prefácio à segunda edição de *Contos para a infância*, Guerra Junqueiro dizia que para “[...] educar as crianças é necessário amá-las. [...] Por isso, os grandes educadores, como Froebel, têm uma espécie de virilidade maternal” (Junqueiro, 1881). No prefácio dirigido “Às mães”, Maria Amália Vaz de Carvalho e Gonçalves Crespo contavam “[...] receber incentivo para novos trabalhos desta natureza no aplauso sincero das mães e no simpático acolhimento dos nossos pequeninos leitores” (Carvalho & Crespo, 1882). O projeto de novos livros foi interrompido pela morte precoce de Gonçalves Crespo em 1883, mas Maria Amália continuou interessada na literatura infantil. Antero de Quental, por sua vez, afirmava na “Advertência” de seu livro:

Este livrinho, destinado exclusivamente a infância, dedico-o às mães e cuido fazer-lhes um presente de algum valor. [...] Destina-se pois este volumesinho sobretudo à leitura doméstica. Talvez que não fosse também descabido nas escolas de primeiras letras: [...] penso, com Froebel e João de Deus, (e com a razão e a natureza) que o tipo do ensino é o maternal [...]. Se as mães de família e os mestres inteligentes acolherem com favor este livrinho, aplaudir-me-ei por este pequeno serviço prestado à causa da educação (Quental, 1883, pp. V-XV).

Maria Rita Chiappe Cadet dedicou *Flores da infância* a seu pupilo François Lallemand, confiado aos seus “[...] cuidados pelo amor materno” (Cadet, 1880). O poema “Mãe”, inserido no volume, é dedicado a Marie Lallemand, editora do livro e mãe de François. Três anos depois, a autora publica *Os contos da mamã*, que sugere a voz de uma mãe narradora já no título (Cadet, 1883b). Caïel, conforme o título de seu livro, dirige-se *Às mães e às filhas* em seu trabalho de estreia. Curiosamente, Alice Pestana só se casou aos 41 anos e nunca teve filhos, mas a “autoridade maternal escrita” era extensiva às mulheres em geral (Davies, 2014; Varella, 2020). Reivindicação máxima dessa autoridade está expressa na “biografia” do infante D. Manuel, de 2 anos de idade, incluída no *Almanaque das crianças* e escrita por Margarida de Sequeira: “Ninguém, por enquanto, poderá escrever a sua biografia. E, no entanto, eu [...] na minha simplicidade eminentemente burguesa, encontro coragem para falar dele. A razão é muito simples – sou mãe – As mães sabem sempre falar sobre as crianças” (Sequeira, 1892, p. 10).

Aias ou amas aparecem, por exemplo, na carta-prefácio de Maria Amália Vaz de Carvalho para *A fada tentadora*, de Virgínia de Castro e Almeida, na qual, ao lamentar a escassez de livros para crianças, dizia considerar o momento “funesto para a infância” pelo desaparecimento das “[...] últimas representantes de sucessivas gerações de velhas aias imaginosas, possuidoras para uso dos seus meninos de um repertório de contos e histórias deveras maravilhoso [...]” (Carvalho, 1895). Claudia de Campos, no prefácio para *Contos azuis* de Ayora, lembra que: “Quando pequenina, [...]”

escutava, toda ouvidos, as historietas e lendas que as minhas amas ou a paciente prima Feliciana me contavam” (Campos, 1897). Ana de Castro Osório, em carta ao público infantil do *Semanário Branco e Negro*, dizia perguntar a toda a gente: “– Sabe histórias de fadas e encantamentos? – Tal qual vós fazeis, quando alguma criada vos entra de novo em casa [...]” (Osório, 1896).

Ao inserir essas referências, autores e prefaciadores indicavam os dois tipos de leitores imaginados com os quais dialogavam: os mediadores das leituras, entre os quais predominavam as mães, e as próprias crianças.

INTELECTUAIS PORTUGUESAS E A ESCRITA PARA CRIANÇAS

Mais do que “senhoras inteligentes e pobres”, conforme a descrição redutora de Eça de Queirós, as mulheres que contribuíram para a criação de uma literatura infantil portuguesa foram intelectuais reconhecidas, escritoras profissionais que entre outros textos produziram literatura para crianças. A maioria dessas mulheres já tinha projeção pública, escrevia em jornais, publicava poesias, romances, ensaios literários e sociais, livros de conduta e outros, nos quais explicitavam ideias e projetos políticos que também encontram expressão na literatura infantil. Outras ingressaram na carreira literária pela literatura para crianças, vindo depois a escrever para outros públicos. As mulheres de letras portuguesas do final do século XIX, assim como os homens, eram em sua maioria polígrafas. Algumas deixaram claro o lugar dos seus escritos para a infância como forma de intervenção social e política, alegando o objetivo de educar futuros cidadãos e cidadãs. Outras utilizavam estratégias retóricas como a “modéstia afetada”, alegando a ambição de entreter as crianças ou usando a desculpa de uma história composta para uma criança específica, que, devido a incentivos de personalidades mais autorizadas a avaliar a qualidade dos trabalhos, acabou por se publicar. Essa postura, mais comum em trabalhos de estreia, servia para estimular o aplauso de intelectuais consagrados e para não associar o nome da escritora a uma forma de literatura considerada menor. Com frequência, os argumentos da utilidade pública e privada se misturavam. Neste trabalho destaco cinco autoras, as mais conhecidas escritoras de literatura infantil do século XIX, para analisar brevemente o lugar da literatura infantil na biografia e na obra de cada uma.

MARIA RITA CHIAPPE CADET (1835-1885)

Professora, tradutora e poeta, antes de escrever para crianças, já tinha algum reconhecimento da crítica pelas poesias que publicara em periódicos e por dois livros editados em 1870 e 1875. Viúva, a escrita não provia o suficiente para sua subsistência

e, em meados da década de 1870, Maria Rita Chiappe Cadet acumulava as funções de preceptora do filho e gerente da livraria de Mme. Lallemand. Ao escrever seu primeiro livro infantil, *Flores da infância*, publicado um ano antes da crônica de Eça de Queiroz citada acima, Maria Rita se enquadrava na categoria por ele referida como “senhoras inteligentes e pobres”, talvez por já ter notícia do livro. Deve-se sublinhar que, naquele contexto, “inteligente e pobre” aplicava-se a mulheres empobrecidas de quaisquer classes. A extrema vulnerabilidade econômica das mulheres, mesmo nas classes altas, era resultado dos costumes e leis que regulamentavam o casamento, a propriedade e o trabalho, tema que aparece de forma mais ou menos explícita em textos de todas as autoras aqui citadas. Sabe-se pouco da biografia de Maria Rita Chiappe Cadet, e menos ainda sobre Marie François Lallemand, mas alguns dos livros fundadores da literatura infantil portuguesa são o resultado da cooperação entre ambas. Cadet dedica inteiramente seus últimos anos de vida a escrever para crianças e tem sua obra editada em exclusividade por Lallemand. Foram dois livros de contos e onze peças de teatro que formaram a primeira biblioteca do gênero em Portugal, intitulada *Teatro infantil*. Lallemand, por sua vez, aparece como editora somente nos livros de Maria Rita, encerrando essa atividade após a morte da escritora, em 1885.

Na capa, *Flores da infância* era dedicado “à mocidade portuguesa”. Na carta à François Adolphe Lallemand, inserida no livro, Maria Rita diz oferecer-lhe de aniversário, “[...] para que se não percam da tua memória essas narrativas singelas e fugitivas como os teus primeiros anos, [...] esperando que também possam servir de entretenimento e de instrução a outros meninos como te serviram a ti, fazendo-te estimável e simpático”. No prefácio, dirigido aos seus “jovens leitores”, usa mais uma vez da modéstia afirmando sobre o livro e as histórias, “[...] não ter ele sido escrito com ambições de glória ou ideias de interesse. [...] Aqui as reúno pois, a fim de que se conservem na lembrança daquele para quem foram improvisadas, por isso que todas encerram um bom conselho à infância portuguesa, a quem igualmente as dedico e consagro”. Os alegados desinteresse e improviso descomprometiam a autora que tinha seus livros mais ambiciosos, *Versos* (1870) e *Sorrisos e lágrimas* (1875), promovidos na contracapa do volume (Cadet, 1880).

Na coleção *Teatro Infantil*, os objetivos eram anunciados pela editora que reivindicava para si o mérito da coleção.

A Livraria editora de Madame Marie François Lallemand, tendo sempre em vista a publicação de livros de reconhecida utilidade, e vendo a falta que há em Portugal de livros que contenham pequenos escritos, ou comedias infantis, próprias para ser declamadas nos colégios e nas famílias, desenvolvendo a boa dicção nos meninos, que se habituem a pronunciar com precisão as palavras, desembaraçando-os e habituando-os a falar em publico, sem mal entendida timidez, adquirindo maneiras de sociedade, resolveu empreender a publicação de pequenos livrinhos mensais, contendo

peças da mais escrupulosa escolha, e da mais delicada linguagem, de cuja elaboração se acha encarregada a nossa distinta escritora a Sra. D. Maria Rita Chiappe Cadet (Lallemant, 1884).

As dedicatórias individualizadas contidas em todos os volumes são indícios de que livros escritos e publicados como presente podem ter se tornado uma oportunidade de negócio para autora e editora. A publicação das peças contava com o patrocínio de personalidades da elite portuguesa, na maioria mulheres, que encomendavam obras para oferecer como presente em alguma ocasião. Por vezes o nome das personagens correspondia ao da criança, como a “interessantíssima” menina Helena, de quatro anos, sobrinha da Viscondessa de Marinho, a quem é dedicado o monólogo *O segredo de Helena* (Cadet, 1884e). Nem sempre, porém, as crianças eram nomeadas, mas o nome do adulto, por meio do qual a autora “oferecia” o livro, era sempre destacado, como o “[...] distinto ator José Carlos dos Santos, Cavaleiro de S. Thiago, Comendador de Izabel de Espanha, Professor de declamação do Real Conservatório de Lisboa [...]”, para cujas “discípulas” Cadet dedica *A mascarada infantil*, ou para as filhas das “Excelentíssimas Senhoras” Viscondessa da Ribeira Brava, a Viscondessa dos Olivais, e D. Eugenia Mendes dos Reis (Cadet, 1883a, 1884a, 1884b, 1884c, 1884d, 1884e).

MARIA AMÁLIA VAZ DE CARVALHO (1847-1921)

Em 1882, quando Maria Amália Vaz de Carvalho publicou *Contos para os nossos filhos* em coautoria com o marido, Gonçalves Crespo, ambos eram escritores conhecidos. O casal tinha dois filhos pequenos. O livro estabeleceu a autora como uma figura proeminente na literatura infantil em Portugal, cuja autoridade sobre o assunto aparece nos prefácios que escreve a pedidos de outras autoras e, após sua morte, pela homenagem do regime autoritário do Estado Novo (1933-1974) que dá o nome de Maria Amália ao prêmio nacional de literatura infantil. Os *Contos*, provenientes da “vasta literatura do Norte”, eram adaptações e, conforme os autores, não constituíam “[...] uma obra de erudição nem uma obra crítica” (Carvalho & Crespo, 1882). Foi o nono livro publicado da autora, que também contribuía para periódicos com ampla circulação no Brasil e em Portugal. Seus livros foram várias vezes reeditados, mas *Contos para os nossos filhos* alcançou a décima edição em 1940, podendo ser considerado, em termos comerciais, o seu maior sucesso. A partir da segunda edição (1886), o livro foi “[...] aprovado pelo conselho de instrução pública para o uso nas escolas primárias” (Carvalho & Crespo, 1886).

Descendente de uma família aristocrática empobrecida, mas bem relacionada, Maria Amália foi educada por sua mãe e uma ama analfabeta. Seu casamento com o poeta Gonçalves Crespo, nascido no Brasil, filho de uma mulher escravizada, deu

início a uma fase bastante produtiva na vida da autora. O casal trabalhava muito e vivia modestamente. Mesmo assim, Maria Amália promovia em sua residência um conhecido e bem frequentado salão literário, referido por várias figuras proeminentes. Após a morte do marido e da perda de um filho em 1883, ela continuou trabalhando o resto da vida para prover a família, além de manter as tertúlias em sua casa, às quais certamente se deve parte de seu reconhecimento profissional. Maria Amália foi a primeira mulher a ingressar na Academia das Ciências de Lisboa, em 1911. Sua produção literária abrange diversos gêneros. A biografia *Vida do Duque de Palmela* (1898), considerada seu trabalho mais importante, foi patrocinada pelos descendentes do Duque, que ainda presentearam a autora com uma casa em Cascais. O trabalho reconstituía a implantação do Liberalismo em Portugal e conferiu à Maria Amália um lugar na escrita da história política de Portugal. O reconhecimento da autora ainda em vida dava-se por personalidades de todo o espectro político. Foi uma voz importante na defesa da educação e da independência financeira das mulheres, principal condição para que as mulheres não fossem subjugadas pelos homens. Em contrapartida, se posicionava contra o divórcio, a participação política, e acreditava que homens e mulheres não deveriam ter as mesmas profissões e papéis. As posições conservadoras e antifeministas ficaram associadas à memória de Maria Amália (Lopes, 2005; Luca & Silva, 2022; Silva, 2003).

ALICE PESTANA, CAÏEL (1860-1929)

Conhecida pelo pseudônimo Caïel, Alice Pestana conquistou progressivamente uma posição de destaque entre a elite intelectual do final do século XIX a partir de seu livro de estreia, *Às mães e às filhas*. De origem familiar burguesa, Alice perdeu a mãe cedo e foi viver com a avó, que lhe garantiu uma excelente educação, mais tarde complementada com a realização de provas em diversas matérias no Liceu Nacional de Lisboa. Ao pedir o auxílio financeiro de parentes para este fim, reforçava a necessidade destes estudos para poder garantir a própria autonomia e pagar as contas da casa onde vivia com a avó e o irmão mais novo. Fluente em vários idiomas, começou sua carreira escrevendo artigos em inglês para o periódico *The Financial and Mercantil Gazette* de Lisboa. A autora defendia a educação feminina, e suas preocupações sociais e pedagógicas tornaram-na conhecida não só em Portugal, mas também na Espanha, para onde mudou-se após casar-se com Pedro Blanco Suarez em 1901 (Câmara, 1996; Rosa, 1989).

Às mães e às filhas (1886) reúne “pequenos romances” previamente publicados na revista *Repúblicas* sob pseudônimo. Conforme a autora, o incentivo para a publicação teria sido a apreciação anônima de Tomás Ribeiro, editor da revista, reproduzida desde a primeira edição do livro. Alice afirmava não ceder “[...] a um movimento de amor-próprio, mas à necessidade de justificar, e até desculpar, o aparecimento do livro [...]”, pois se tratava de “[...] uma estreia literária,

despretensiosa e modesta, sem outra aspiração que não seja a de poderem todas as mães aconselhar às filhas a sua leitura” (Caíel [Alice Pestana], 1886, pp. 5-6).

A segunda edição do livro continha pareceres de outras personalidades publicados na imprensa, resultado do trabalho de divulgação feito pela própria autora. Os nomes de maior relevo eram Maria Amália Vaz de Carvalho, Camilo Castelo Branco e Júlio Cesar Machado. É interessante notar que Tomás Ribeiro, alegado “responsável” por Alice tomar coragem para publicar o livro, foi também o responsável pela estreia literária de Maria Amália Vaz de Carvalho com um poema escrito vinte anos antes. A publicação do livro de Caíel inseriu a autora em uma rede de sociabilidade importante. Ainda no século XIX, a autora escreveria outros dois livros para crianças, *Primeiras leituras* (1890) e *O Tio Victorino* (1900), sendo esse último a reunião dos fascículos publicados em separata na *Revista Branca*, dedicada aos pequenos e aos novos, criada pela própria. Engajada na questão da educação das mulheres, Alice Pestana realizou estudos em vários países sobre o assunto, alguns com o apoio do governo. Militou pelo feminismo e pelo pacifismo na passagem do século, integrando diferentes associações, e já no século XX dedicou-se à causa da “infância delinquente” (Pestana, 1935).

VIRGÍNIA DE CASTRO E ALMEIDA (1874-1945)

Oriunda de uma família nobre e abastada, sendo a única entre as autoras aqui analisadas que não precisava escrever para a própria subsistência, a longa carreira de Virgínia de Castro e Almeida demonstra que a autora nunca encarou a escrita de forma amadora. Virgínia foi educada em casa e tinha fluência em vários idiomas. Após sua estreia literária no final do século XIX, com os livros infantis *A fada tentadora* (1895) e *Histórias* (1898), e do nascimento dos três filhos, voltou a se dedicar à literatura infantil dirigindo a *Biblioteca para meus filhos* da Livraria Clássica Editora, composta por títulos de autoria da própria Virgínia e de seu marido, o engenheiro agrônomo João da Mota Prego. A coleção, publicada entre 1907 e 1913, tinha como propósito a divulgação científica por meio da ficção. No mesmo período, Virgínia publicou as obras dirigidas a esposas e mães, *Como devo governar a minha casa* (1906) e *Como devemos criar e educar os nossos filhos* (1908), este último um manual abrangente baseado em artigos científicos e nos trabalhos de Froebel e Pestalozzi, e uma trilogia voltada ao público jovem, composta pelos títulos *Terra bendita* (1907), *Trabalho bendito* (1908) e *Capital bendito* (1910).

Após um doloroso processo de divórcio, um dos primeiros após a aprovação da lei em Portugal, viveu no exterior por longos períodos. Em 1922 fundou uma produtora de cinema e chegou a realizar dois filmes. Além disso, traduziu fontes da história de Portugal para o francês e o inglês. Nos anos 30 e 40, Virgínia aproximou-se do governo de Salazar, escrevendo para o Secretariado de Propaganda Nacional dezenas de títulos para as coleções *Pátria* e *Grandes portuguesas*, voltadas para crianças e jovens (Balça,

2007; Ribeiro, 1994). Em seus últimos anos de vida, criou a personagem Dona Redonda, sobre a qual afirmava aspirar o que Lewis Carrol teria conseguido com sua Alice, “[...] criar uma obra que tenha sobre os pequenos portugueses o efeito e a influência que *Alice in Wonderland* teve e tem sobre aqueles para quem foi escrito” (Almeida, 1957).

ANA DE CASTRO OSÓRIO (1872-1935)

A última autora destacada merece especial atenção. Além de etnógrafa, escritora, maçom, publicista feminista e republicana, Ana de Castro Osório foi também editora de toda a sua obra infantil. É considerada uma das mais importantes personalidades da literatura infantil portuguesa e uma das mais relevantes intelectuais atuantes no cenário político e social de Portugal nas primeiras décadas do século XX. Filha de um juiz e de uma dona de casa, começou a escrever para o público infantil enquanto colaboradora da seção “Histórias para crianças” do *Semanário Branco e Negro* em 1896, e logo depois criou sua própria editora, sediada em Setúbal. Sua estreia literária, assim como as de Caíel e Virgínia, se dá pela literatura infantil. Assim como as outras escritoras, a produção de Ana inclui diversos gêneros, com destaque para suas numerosas colaborações em periódicos do Brasil e de Portugal e para a sua atuação como editora e diretora dos periódicos *Sociedade Futura* (1902), *O Jornal dos Pequeninos* (1907-1908), *A Mulher e a Criança* (1909-1910), *A Mulher Portuguesa* (1912-1913) e *A Semeadora* (1915-1918). Na escrita como na edição, portanto, sua atividade expressa os dois públicos eleitos pela intelectual como vetores de seu projeto político: as mulheres e as crianças (Gomes, 2016).

Militante republicana e feminista, Ana organizou associações cívicas como a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (1908), a Associação de Propaganda Feminista (1911), a Comissão Feminina pela Pátria (1914) e a Cruzada das Mulheres Portuguesas (1916). Defendeu a igualdade de direitos entre os sexos, a educação e a independência econômica feminina, o sufrágio restrito para mulheres, a equiparação salarial e a lei do divórcio. Em 1905 publicou *Às mulheres portuguesas*, considerado o primeiro manifesto feminista português (Esteves, 2008; Silva, 1983).

Começou a carreira publicando contos do folclore português recolhidos por si, em fascículos que formavam a coleção “Biblioteca Para as Crianças” (1897-1913), nome da editora criada para este fim em 1897. Tendo em vista o mercado escolar, Ana produziu também livros com caráter mais realista, próprio da literatura cívico-patriótica tão valorizada pelos educadores da passagem do século, dentre os quais *A minha pátria* (1906), *Uma lição da história* (1909), *Lendo e aprendendo* (1913), *De como Portugal foi chamado à guerra* (1918), *Os nossos amigos* (1922). Ao sucesso da coleção de contos tradicionais, conforme comprovam as tiragens e múltiplas edições de alguns

títulos, corresponderam as reedições e tiragens, na ordem das dezenas de milhares, dos livros aprovados para prêmios e livros de leitura em Portugal e em estados brasileiros.

Alguns autores sugerem que Ana de Castro Osório criou a própria editora por não ter encontrado editor interessado em publicar seus livros. Outras fontes sugerem que o impulso para a criação de uma editora voltada para um nicho específico pode ter tido razões econômicas e políticas. De um lado, havia uma lacuna no mercado, de outro, a edição conferia à autora liberdade e controle sobre os meios de difusão de seu projeto para a nação portuguesa. Tal possibilidade é corroborada por uma carta de Ana dirigida ao pai: “Pois nós não tínhamos literatura infantil, eu tenho já criado uma e de valor educativo e artístico e até tradicional, logo os meus livros devem vir a vender-se e a dar dinheiro” (apud Neto, 2008, p. 51).

Casada com o jornalista republicano Francisco Paulino Gomes de Oliveira (1864-1914), Ana contou com a parceria do marido em empreendimentos editoriais e na militância política. Nomeado cônsul em São Paulo, após a Proclamação da República em Portugal (1910), Paulino muda com a família para o Brasil. O casal investe numa Empresa de Propaganda Literária Luso-Brasileira, responsável pela edição de alguns livros de Ana para uso escolar. A partir do Brasil, a autora continuava a colaborar com periódicos portugueses e mantinha ativa a editora *Para as crianças*. A estadia terminou com a morte de Paulino em 1914, mas a atividade profissional e política da autora continuou intensa. Ao voltar para Portugal, criou uma loja maçônica feminina e se engajou nos esforços de apoio aos soldados portugueses. Em 1919 fundou outra editora, a Lusitânia, pela qual publica, na década de 1920, os seus últimos livros infantis, com destaque para as *Viagens aventurosas de Felício e Felizarda ao Polo Norte* (1922) e as *Viagens aventurosas de Felício e Felizarda ao Brasil* (1923). Cada vez mais decepcionada com a república, assim como a amiga Virginia de Castro e Almeida, Ana aproxima-se do nacionalismo autoritário que marcaria as décadas seguintes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse pela literatura infantil e a sua produção foi o ponto em comum entre algumas das mais destacadas mulheres de letras do final do século XIX e início do XX em Portugal. Todas as escritoras aqui analisadas foram profissionais reconhecidas inclusive por seus pares do sexo masculino e a maioria dependia dos proventos da escrita para se sustentar e a suas famílias. Nos perfis apresentados encontramos padrões e peculiaridades nas trajetórias dessas intelectuais. Maria Amália, Caiel, Ana e Virginia foram educadas em casa, algumas pela própria mãe. Talvez por isso, um dos temas mais frequentes em seus escritos foi o da educação feminina, que deveria ter como propósito tornar as mulheres mais capazes de educar as crianças. Ao fazer isso, as autoras reivindicavam, para si e para as mulheres educadas, um protagonismo social e político, ainda que nem sempre explícito. A maioria dos escritos dessas

autoras, inclusive a literatura infantil, era dirigida às mulheres representadas em seu papel de educadoras no ambiente doméstico.

Entre as escritoras apresentadas, somente Maria Amália Vaz de Carvalho era mãe quando começou a escrever para crianças. Maria Rita Chiappe Cadet e Alice Pestana nunca chegaram a ter filhos. Somente Alice Pestana e Ana de Castro Osório eram abertamente feministas, mas na versão portuguesa da passagem do século, o feminismo tinha como principal objetivo a educação das mulheres. Conforme o “manifesto” às mulheres portuguesas: “Educar a mãe para ser a educadora dos filhos; educar a mulher em geral para viver de si mesma, e para si, quando pertença á enorme legião das que ficam solteiras [...]. É este o verdadeiro feminismo” (Osório, 1905, p. 56). Retirando a última frase, todas as autoras concordariam com essa afirmação. A maternidade foi o trunfo para a afirmação do lugar social da mulher como educadora, e foi com esse argumento explícito ou implícito que as intelectuais portuguesas do final do século XIX, assim como afirmou Davies sobre as inglesas do século anterior, “[...] empregaram sua limitada influência para apresentar ideias e crenças epistemológicas, políticas e religiosas” (Davies, 2014, p. 11).

Na última década do século XIX, encontramos indícios de mudança, tanto no estatuto da literatura infantil quanto no perfil das mulheres que a ela se dedicaram. É nesse momento que algumas das mais conhecidas autoras de livros para crianças em Portugal fazem suas estreias literárias por meio da literatura infantil. Em outras palavras, iniciar a carreira pela literatura infantil não impediu que escritoras fossem reconhecidas como intelectuais influentes no início do século XX. Mais ainda, diferentemente de todos os escritores que as precederam, com exceção somente de Maria Rita Chiappe Cadet que estreou tardiamente, Virginia de Castro e Almeida e Ana de Castro Osório dedicaram-se ao público infantil até o final de suas vidas, o que fez com que a literatura infantil correspondesse à parte significativa de suas respectivas obras, senão à maior parte.

As mulheres que escreveram para crianças no final do século XIX deixaram uma marca fundadora na literatura infantil portuguesa. Elas decerto se beneficiaram não somente das matrizes textuais, como também do legado simbólico que podemos considerar político, deixado por suas predecessoras de outros países europeus, o qual tomou forma na ideia de uma “autoridade maternal escrita” (Davies, 2014). Assim como elas, seus textos para crianças constituíam um projeto de mediação cultural, e é significativo que o destinatário fosse sempre circunscrito à infância nacional, mesmo que por motivos comerciais e financeiros almejassem outros mercados. Foi em relação às crianças e mães portuguesas, percebidas como importantes vetores da transformação nacional, que as escritoras aqui tratadas encontraram na literatura infantil um lugar de reivindicação de autoridade e intervenção política em Portugal.

REFERÊNCIAS

- Almeida, V. C. (1957). Prefácio. In *Os melhores livros para crianças* (Vol. 6, 3a ed.). Livr. Clássica Editora.
- Balça, A. (2007). Virgínia de Castro e Almeida e a colecção “Grandes Portugueses”: os livros para crianças como instrumentos doutrinários. *LIBEC Line – Revista Em Literacia e Bem-Estar Da Criança*, (2).
- Barreto, A. G. (2002). *Dicionário de literatura infantil portuguesa*. Campo das Letras.
- Bastos, G. (1997). *A escrita para crianças em Portugal no século XIX*. Caminho da Educação.
- Beasley, F. E. (2000). Altering the fabric of history: Women’s participation in the classical age. In S. Stephens (Ed.), *A history of women’s writing in france* (pp. 64-83). Cambridge University Press.
- Bérenguier, N. (2016). Mères, gouvernantes et livres de conduite: Guerre ou alliance ? In I. Brouard-Arends, & M.-E. Plagnol-Diéval (Eds.), *Femmes éducatrices au siècle des Lumières* (pp. 23-32). Presses universitaires de Rennes.
- Cadet, M. R. C. (1880). *Flores da infância: contos e poesias moraes*. Livraria de Madame François Lallemant.
- Cadet, M. R. C. (1883a). *A mascarada infantil: comedia em um acto*. Livr. de Madame Marie François Lallemant.

Cadet, M. R. C. (1883b). *Os contos da mamã: dedicados à infância portuguesa*. Marie François Lallemand.

Cadet, M. R. C. (1884a). *A boneca: comedia em um acto*. Livr. de Madame Marie François Lallemand.

Cadet, M. R. C. (1884b). *As fadas improvisadas: comedia em um acto*. Livr. de Madame Marie François Lallemand.

Cadet, M. R. C. (1884c). *O lunch na quinta: comedia em um acto*. Livr. de Madame Marie François Lallemand.

Cadet, M. R. C. (1884d). *O primeiro baile: monologo em um acto*. Livr. de Madame Marie François Lallemand.

Cadet, M. R. C. (1884e). *O segredo de Helena: monologo em verso*. Livr. de Madame Marie François Lallemand.

Caïel [Alice Pestana]. (1886). *Às mães e às filhas: contos*. Livraria de A. M. Pereira.

Câmara, I. M. S. B. (1996). *Pensar o feminino: Alice Pestana e a educação*. [s.n.].

Campos, C. (1897). Prefácio. In Ayora. *Contos azues*. M. Gomes.

Carvalho, M. A. V. (1895). Prefácio. In Castro e Almeida, V. *A fada tentadora*. M. Gomes.

Carvalho, M. A. V., & Crespo, G. (1882). *Contos para os nossos filhos*. Joaquim Antunes Leitão-Ed. Pinto-Ed.

Carvalho, M. A. V., & Crespo, G. (1886). *Contos para os nossos filhos* (2ª ed). Editor Joaquim Antunes Leitão.

Davies, R. (2014). *Written maternal authority and eighteenth-century education in Britain: Educating by the book*. Ashgate.

Deus, J. (1878). *Cartilha maternal ou arte de leitura* (3ª ed). Imprensa Nacional.

Esteves, J. (2008). *Mulheres e republicanismo (1908-1928)*. Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Frias, J. I. (1883). Prólogo do Tradutor. In M. L. Beaumont. *Thesouro de meninas ou diálogos entre uma sábia aia e suas discipulas...* Viuva Bertrand & C.^a.

Gomes, A. C. (2016). Aventuras e desventuras de uma autora e editora portuguesa: Ana de Castro Osório e suas viagens ao Brasil. In A. C. Gomes, & P. S. Hansen. *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política* (pp. 92-120). Civilização Brasileira.

Hansen, P. S. (2016). A literatura infantil no Brasil e em Portugal: problemas para a sua historiografia. *Sarmiento - Anuario Galego de Historia Da Educacion*, (20), 133-161. doi: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6145523>

Hansen, P. S. (2022). Nation, childhood and its otherness: brazilian children's literature from the nineteenth to the beginning of the twentieth century. *Revista Brasileira de História*, 42(91), 263-285. doi: 10.1590/1806-93472022v42n91-13

Harries, E. W. (2003). *Twice upon a time: Women writers and the history of the fairy tale*. Princeton University Press.

Junqueiro, G. (1881). *Contos para a infância*. António Maria Pereira.

Lallemant, M. F. (1884). Anúncio da coleção Teatro Infantil. In M. R. C. Cadet. *As fadas improvisadas: comedia em um acto*. Livr. de Madame Marie François Lallemant.

Leprince de Beaumont, J.-M. (1859). *Thesouro de adultas: ou dialogos entre uma sabia mestra e suas discipulas da primeira graduação* (3a ed. emendada em algumas passagens á vista do original, J. I. Frias, trad.). Typographia de Costa Sanches.

Lopes, A. M. C. (2005). *Imagens da mulher na imprensa feminina de oitocentos: percursos de modernidade*. Quimera.

Luca, T. R., & Silva, A. C. S. (Eds.). (2022). *Maria Amalia Vaz de Carvalho: conversas lisbonenses & outros escritos (1884-1889)*. FE-UNICAMP.

Myers, M. (1991). Romancing the moral tale: Maria Edgeworth and the problematics of pedagogy. In J. H. McGavran (Ed.), *Romanticism and children's literature in nineteenth-century England* (pp. 96-128). University of Georgia Press.

Neto, I. (2008). *Ana de Castro Osório: escritora e editora para crianças* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Nova de Lisboa.

Osório, A. C. (1896). Historias para creanças. *Branco e Negro*, (38). Recuperado de: <https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/BrancoeNegro/BrancoeNegro.htm>

Osório, A. C. (1905). *Ás mulheres portuguesas*. Editora Viúva Tavares Cardoso.

Pestana, A. (1935). *El protectorado del niño delincuente (Un ensayo de educacion correccional)*. [s.n.].

Pires, M. L. B. (1982). *História da literatura infantil portuguesa*. Vega.

Queirós, E. (1881). O natal — a ‘litteratura de natal’ para crianças. *Gazeta de Notícias*, (40). Recuperado de: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=103730_02&pagfis=1594

Quental, A. (Ed.). (1883). Advertência. In *Thesouro poetico da infancia*. Ernesto Chardron.

Ribeiro, A. M. (1994). *Ficção histórica infantojuvenil no Estado Novo: coleção “Pátria” de Virgínia de Castro e Almeida (1936-1946)*. *Revista de História das Ideias*, 16, 161-192.

Rosa, E. M. T. D. M. (1989). *Bernardino Machado, Alice Pestana e a educação da mulher nos fins do século XIX*. Comissão da Condição Feminina.

Sequeira, M. (1892). *Almanach das creanças para 1892*. Livr. de Antonio Maria Pereira.

- Silva, A. C. (2003). Carvalho, Maria Amália Vaz de. In A. Nóvoa (Ed.), *Dicionário de educadores portugueses: 900 biografias de homens e mulheres que se dedicaram ao ensino e à educação nos séculos XIX e XX* (pp. 298-301). Ed. ASA.
- Silva, M. R. T. (1983). Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do século XX. *Análise Social*, 19(77/79), 875-907.
- Stedman, A. (2005). D'Aulnoy's "Histoire d'Hypolite, comte de Duglas" (1690): A fairy-tale manifesto. *Marvels & Tales*, 19(1,), 32-53.
- Turner, C. (1994). *Living by the pen: Women writers in the eighteenth century*. Routledge.
- Varella, F. F. (2020). Maria Graham's Little Arthur's history of England (1835) and the female historian's place in early nineteenth century Britain. *Women's History Review*, 1-19. doi: 10.1080/09612025.2020.1751398
- Zipes, J. (2006). *Fairy tales and the art of subversion: The classical genre for children and the process of civilization* (2a ed). Routledge.

PATRICIA SANTOS HANSEN: Investigadora Principal no CHAM, o Centro de Humanidades da Universidade Nova de Lisboa. Possui graduação e mestrado em História pela PUC-Rio e doutorado em História Social pela USP. Realizou pós-doutorado no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas e na Fundação Casa de Rui Barbosa. Foi Marie Curie Fellow no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. É coorganizadora do livro *Intelectuais mediadores* (2016) e autora de vários capítulos e artigos sobre história da literatura infantil e história intelectual.

E-mail: patriciahansen@fcs.unl.pt
<https://orcid.org/0000-0002-6915-7124>

Recebido em: 28.12.2023

Aprovado em: 26.02.2024

Publicado em: 10.04.2024

EDITOR-ASSOCIADO RESPONSÁVEL:

Raquel Discini de Campos (UFU)

E-mail: raqueldiscini@uol.com.br

<https://orcid.org/0000-0001-8186-2144>

RODADAS DE AVALIAÇÃO:

R1: três convites; três pareceres recebidos.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

Hansen, P. (2024). Intelectuais, autoridade maternal e a participação das mulheres na criação da literatura infantil portuguesa ao final do século XIX. *Revista Brasileira de História da Educação*, 24. DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v24.2024.e323>

FINANCIAMENTO:

Este trabalho é financiado, nacionalmente, pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. e Chamada Individual (CEECIND/04226/2022). Contou também com o apoio do CHAM (NOVA FCSH—UA) por meio do projeto estratégico patrocinado pela FCT (UIDB/04666/2020).

A RBHE conta com apoio da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) e do Programa Editorial (Chamada N° 12/2022) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

LICENCIAMENTO:

Este artigo é publicado na modalidade Acesso Aberto sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 (CC-BY 4).

